Em virtude do preceituado no artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, declara-se, para os devidos efeitos, que S. Ex.ª o Ministro da Marinha autorizou, por seu despacho de 14 do corrente mês, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto-lei n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência da importância de 80.000\$, distribuída pelas seguintes rubricas do artigo 51.º, capítulo 4.º, do orçamento do Ministério da Marinha para o actual ano económico:

Da alínea b) do n.º 3)	65.000\$00
Do n.º 4)	15.000\$00
Para o n.º 1) do mesmo artigo e capítulo.	

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 15 de Junho de 1946.— O Chefe da Repartição, *Raimundo Sérgio Quintanilha e Mendonça*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração Geral do Porto de Lisboa

Por deliberação do conselho de administração de 12 do corrente e em harmonia com o disposto no § 2.º do artigo 31.º do decreto-lei n.º 24:208, de 23 de Julho de 1934, foi autorizado o reforço da verba do n.º 5) «Pagamento de serviços e encargos não especificados» do artigo 14.º «Encargos administrativos» da classe «Pagamento de serviços e diversos encargos», na importância de 65.000\$, a sair das verbas do n.º 2) «Indemnizações» 45.000\$ e n.º 3) «Publicidade e propaganda» 20.000\$ do mesmo artigo e classe do orçamento de despesas privativo desta Administração Geral em vigor no actual ano económico.

Administração Geral do Porto de Lisboa, 12 de Junho de 1946.— O Administrador Geral, *Salvador de Sá Noqueira*.

Por deliberação do conselho de administração de 12 do corrente e em harmonia com o disposto no § 2.º do artigo 31.º do decreto-lei n.º 24:208, de 23 de Julho de 1934, foi autorizado o reforço da verba da alínea a) «Pessoal menor» do n.º 1) «Remunerações por horas extraordinárias» do artigo 3.º «Remunerações acidentais» da classe «Despesas com o pessoal», na importância

de 2.000\$, a sair da verba da alínea b) «Pessoal dos serviços externos» do mesmo número, artigo e classe do orçamento de despesas privativo desta Administração Geral em vigor no actual ano económico.

Administração Geral do Porto de Lisboa, 12 de Junho de 1946.— O Administrador Geral, *Salvador de Sá Noqueira*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fomento Colonial

Repartição dos Serviços Geográficos, Geológicos e Cadastrais

Decreto n.º 35:711

Verificando-se ainda as circunstâncias que determinam a publicação do decreto n.º 34:668, de 14 de Junho de 1945;

Atendendo ao que foi requerido pela Companhia dos Petróleos de S. Tomé e Príncipe;

Tendo em vista o artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, e nos termos do seu § 2.º, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 28.º do Acto Colonial, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É prorrogado por mais um ano, com termo em 6 de Junho de 1947, o prazo a que se refere o artigo 6.º do decreto n.º 32:068, de 5 de Junho de 1942, considerando se igualmente prorrogados por igual período os prazos fixados nos artigos 2.º, 4.º e 5.º do contrato celebrado em 6 de Junho de 1942 entre o Ministério das Colónias e a Companhia dos Petróleos de S. Tomé e Príncipe.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de S. Tomé e Príncipe.

Paços do Governo da República, 20 de Junho de 1946.— ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Marcello José das Neves Alves Caetano*.